

Revista Multidisciplinar

AS MUDANÇAS NA CARREIRA PARA A FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR COM
O ENSINO SUPERIOR E O REFLEXO NA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PELA PMPR

Claudio Arthur dos Santos Oliveira Pinto da Silva Vesgerau



Fonte: <https://jblitoral.com.br/cidades/policia-militar-promove-cerimonia-de-entrega-de-medalhas-no-9-batalhao-em-paranagua/>

PERIÓDICO CIENTIFÍCO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

AS MUDANÇAS NA CARREIRA PARA A FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR COM O ENSINO SUPERIOR E O REFLEXO NA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PELA PMPR

Claudio Arthur dos Santos Oliveira Pinto da Silva Vesgerau¹

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.13634513
[ISSN: 2966-0599](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

¹Possui graduação no CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS pela ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ (1997). Atualmente é instrutor na ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ - Polícia Militar do Estado do Paraná (2013). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal; Bacharel em Direito pela Faculdade Dom Bosco de Curitiba-Campus Marumby(2011); Especialista em Gestão de Pessoas com Complementação em Magistério Superior pela FACEAR/CEET/ICEET (2012); Especialista em Direito penal e Processual Penal na atuação Policial pela Universidade Tuiuti (2015); atualmente realizando gestão em Recursos Humanos pela Polícia Militar do Paraná e frequentando o Curso de Pós-graduação lactu sensu "Ciências Policiais e Gestão em Segurança Pública na Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul.

E-mail: : claudio.arthur.works@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7600603845349186>

RESUMO

A pesquisa explora as mudanças na carreira policial na Polícia Militar do Paraná (PMPR), enfatizando a exigência de ensino superior como pré-requisito para ingresso e seu impacto na qualidade dos serviços de segurança. Destaca-se a tendência nacional de elevar o nível educacional nas forças de segurança, refletindo mudanças legislativas e educacionais no Brasil. O objetivo é analisar como essa exigência pode melhorar a eficácia, o profissionalismo e a percepção pública da polícia. O estudo utiliza análise documental e comparativa, considerando dados de estados como Minas Gerais e Santa Catarina, que já adotaram essa política. Os resultados sugerem que a maior escolaridade entre os policiais leva a um policiamento mais eficaz e ético, com serviços melhorados. A pesquisa também sublinha a importância de um currículo que combine teoria e prática para preparar os policiais para desafios reais. Conclui-se que requisitos educacionais mais rigorosos, como a graduação em Direito, não só elevam a qualificação dos policiais, mas também promovem uma aplicação da lei mais crítica e responsável, aumentando a confiança pública e a eficiência operacional.

Palavras-chave: Educação Superior, Polícia Militar do Paraná, Qualidade dos Serviços de Segurança.

ABSTRACT

The research examines career changes in the Paraná State Military Police (PMPR), focusing on the requirement of higher education as a prerequisite for entry and its impact on the quality of security services. It highlights the national trend of raising educational standards in security forces, reflecting legislative and educational changes in Brazil. The objective is to analyze how this requirement can enhance the effectiveness, professionalism, and public perception of the police. The study employs documentary and comparative analysis, considering data from states like Minas Gerais and Santa Catarina, which have already adopted this policy. Results suggest that higher education among police officers leads to more effective and ethical policing, improving service quality. The research also emphasizes the importance of a curriculum that combines theory and practice to prepare officers for real challenges. It concludes that more rigorous educational requirements, such as a law degree, not only elevate officers' qualifications but also promote a more critical and responsible approach to law enforcement, boosting public trust and operational efficiency.

Keywords: Higher Education, Paraná State Military Police, Quality of Security Services.

INTRODUÇÃO

O ensino superior na formação policial militar tem se tornado um tema de discussão significativo nos últimos anos, especialmente no contexto brasileiro, onde as mudanças educacionais e legislativas têm impactado diretamente as forças de segurança. A exigência de um diploma universitário para o ingresso na Polícia Militar do Paraná (PMPR) reflete uma tendência nacional de valorização da educação superior, com o intuito de elevar os padrões de profissionalismo e eficiência nas corporações policiais. Estados como Minas Gerais e Santa Catarina já implementaram políticas semelhantes, reconhecendo que a formação acadêmica pode influenciar positivamente a qualidade dos serviços de segurança prestados à população.

O aumento no nível educacional dos policiais é visto como uma resposta às complexas demandas da sociedade contemporânea, onde se espera que os agentes de segurança pública não apenas apliquem a lei, mas também atuem com ética e compreensão das realidades sociais. Este movimento reflete uma percepção crescente de que o conhecimento adquirido através da educação superior é essencial para enfrentar os desafios atuais do policiamento, desde o entendimento das leis até a interação com a comunidade de maneira mais eficaz e humana.

¹Conforme estabelecido no artigo 2º, inciso IX, da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS), os princípios fundamentais que regem essa política incluem a promoção do ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia nas áreas de ciências forenses, segurança pública e defesa social. Essa abordagem visa garantir que o desenvolvimento de políticas públicas esteja alinhado com as mais recentes inovações tecnológicas e avanços científicos, fortalecendo a capacidade de resposta dos profissionais de segurança pública (Lei Ordinária nº 20866, 2021).

No entanto, a implementação dessa exigência educacional não está isenta de desafios. A problemática central reside na acessibilidade ao ensino superior para potenciais candidatos, especialmente aqueles provenientes de origens socioeconômicas menos favorecidas. A mudança proposta pode criar

1 PARANÁ, Lei Ordinária 20866, Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Diário Oficial do Estado, 2021.

barreiras para o ingresso de indivíduos talentosos que não tiveram a oportunidade de cursar uma faculdade. Além disso, há uma preocupação sobre como essa exigência afetará a diversidade dentro das forças policiais, que é crucial para refletir a sociedade que elas servem.

Outro aspecto problemático é a adaptação das corporações a essa nova realidade. A transição para um modelo que valoriza a educação superior requer não apenas ajustes nos processos de recrutamento e seleção, mas também uma reestruturação curricular que integre teoria e prática de maneira equilibrada. As forças de segurança precisam garantir que a formação continuada e o desenvolvimento profissional sejam partes centrais de suas estratégias, para que a maior escolaridade se traduza efetivamente em melhorias na prática policial diária.

A relevância do tema é evidente quando consideramos o impacto potencial de uma força policial mais bem-educada na percepção pública e na eficácia operacional. Policiais com formação superior são frequentemente mais bem-preparados para lidar com situações complexas e tomar decisões informadas que respeitem os direitos humanos. Além disso, a confiança pública nas forças de segurança pode ser significativamente fortalecida quando a população percebe que os policiais possuem qualificações acadêmicas que correspondem às expectativas modernas de profissionalismo e responsabilidade.

Justifica-se, portanto, a investigação das mudanças na carreira policial associadas ao ensino superior como um meio de promover uma cultura de segurança pública mais robusta e ética. A análise dos impactos dessas mudanças pode fornecer insights valiosos para a formulação de políticas públicas que incentivem a educação contínua e a formação integral dos agentes de segurança. Ao identificar os benefícios e desafios desta abordagem, o estudo contribui para o debate sobre como as forças policiais podem evoluir para atender às necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Os objetivos deste estudo incluem a análise dos efeitos da exigência de ensino superior na Polícia Militar do Paraná, a avaliação de como essa mudança influencia a qualidade dos serviços prestados, e a identificação de

melhores práticas para integrar educação e formação policial. Além disso, busca-se explorar as implicações sociais e operacionais de ter uma força policial mais escolarizada, considerando tanto as vantagens quanto as barreiras potenciais que essa exigência pode representar para o futuro do policiamento no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A exigência de ensino superior para ingresso na polícia é uma questão relevante que envolve diversos aspectos relacionados à qualificação profissional, ao desempenho das funções policiais e à valorização da carreira policial. ²Conforme Waiselfisz (2013), a discussão sobre a elevação do nível de escolaridade para os candidatos a cargos policiais está relacionada à necessidade de profissionais mais bem preparados para lidar com a complexidade crescente das questões de segurança pública. A formação superior proporciona uma base teórica mais sólida, além de desenvolver habilidades analíticas e críticas essenciais para a tomada de decisões em situações de alta pressão.

³Na visão de Waiselfisz (2013), a exigência de ensino superior pode contribuir para a profissionalização das forças policiais, elevando o nível de excelência no atendimento às demandas da sociedade. Policiais com maior nível de escolaridade tendem a ter uma compreensão mais ampla das leis, direitos humanos e práticas de mediação de conflitos, o que é crucial em um contexto onde a violência e a criminalidade apresentam desafios cada vez mais complexos. A formação superior também pode facilitar a adaptação a novas tecnologias e métodos de investigação, tornando a polícia mais eficiente e eficaz.

⁴De acordo com Waiselfisz (2013), a implementação dessa exigência pode enfrentar desafios, como a necessidade de revisar os processos seletivos

2 WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

3 WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

4 WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

e de capacitação inicial, além de garantir que os cursos oferecidos sejam adequados às necessidades específicas da carreira policial. A obrigatoriedade de diploma de nível superior também pode ser vista como uma estratégia para valorizar a carreira policial, tornando-a mais atrativa e incentivando a permanência dos profissionais qualificados na corporação. No entanto, é fundamental que essa exigência seja acompanhada por políticas de remuneração e benefícios que correspondam ao nível de qualificação requerido.

⁵Sendo assim, Waiselfisz (2013) sugere que a exigência de ensino superior para ingresso na polícia é uma medida que pode trazer significativos benefícios para a segurança pública, mas que deve ser implementada de forma planejada e com o apoio de políticas públicas que garantam a formação continuada e a valorização dos profissionais. A elevação do nível de escolaridade pode contribuir para a construção de uma polícia mais preparada, capaz de atuar de maneira mais eficaz na prevenção e repressão ao crime, além de promover uma relação mais respeitosa e colaborativa com a sociedade.

⁶Nessa mesma linha de pensamento, Adorno (2020) destaca que a complexidade das tarefas desempenhadas pelos policiais na contemporaneidade exige uma formação que vá além do treinamento técnico tradicional. O autor argumenta que o contexto atual de criminalidade, marcado por sua alta tecnologia e organização, requer uma polícia não apenas bem treinada, mas também bem-educada, capaz de compreender e atuar nas diferentes nuances sociais que envolvem o crime e a violência.

⁷De acordo com Adorno (2020), a exigência de um grau superior para os policiais é vista como uma maneira de preparar os profissionais para lidar com situações que demandam não apenas habilidade física, mas também

5 WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

6 ADORNO, Sérgio. Núcleo de políticas públicas de segurança permanece ancorado no passado. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/nucleo-de-politicas-publicas-de-seguranca-permanece-ancorado-no-passado/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

7 ADORNO, Sérgio. Núcleo de políticas públicas de segurança permanece ancorado no passado. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/nucleo-de-politicas-publicas-de-seguranca-permanece-ancorado-no-passado/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

discernimento crítico e sensibilidade social. Ele ressalta que a educação superior poderia proporcionar aos policiais uma compreensão mais ampla das causas sociais do crime, contribuindo para abordagens mais estratégicas e menos violentas na resolução de conflitos. Esta formação mais robusta permitiria aos policiais atuar de maneira mais eficiente, respeitando os direitos humanos e promovendo a segurança de forma mais inclusiva e sustentável.

⁸Além disso, Adorno (2020) aponta que a formação superior é crucial para quebrar o ciclo de arbitrariedades e violência institucional que ainda permeia a atuação policial no Brasil. Ele observa que a falta de uma educação formal mais avançada contribui para a perpetuação de práticas obsoletas e inadequadas, como o uso excessivo da força. Portanto, a exigência de ensino superior é vista como um passo fundamental na profissionalização das forças de segurança, capacitando os policiais a tomarem decisões mais informadas e éticas, o que, por sua vez, pode melhorar a relação entre a polícia e a comunidade.

⁹Sendo assim, Adorno (2020) defende que a implementação dessa exigência deve ser acompanhada por uma reforma estrutural nas políticas de segurança pública. Ele sugere que a educação superior dos policiais deve ser parte de um esforço mais amplo para modernizar as práticas de segurança e torná-las mais eficazes no enfrentamento dos desafios contemporâneos. A educação superior, portanto, não deve ser vista apenas como uma qualificação formal, mas como um componente essencial na reconfiguração da segurança pública, direcionada para um modelo que valorize o conhecimento, a ética e a eficiência.

¹⁰Ademais, corroborando em adendo a pesquisa do Exmo. Coronel da PMPR Perovano (2023) investiga a exigência de uma graduação em Direito como requisito para ingresso na carreira de Oficial Combatente da Polícia

8 ADORNO, Sérgio. Núcleo de políticas públicas de segurança permanece ancorado no passado. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/nucleo-de-politicas-publicas-de-seguranca-permanece-ancorado-no-passado/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

9 ADORNO, Sérgio. Núcleo de políticas públicas de segurança permanece ancorado no passado. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/nucleo-de-politicas-publicas-de-seguranca-permanece-ancorado-no-passado/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

10 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa destaca a crescente demanda por concursos públicos na área de segurança e a tendência de elevar o nível de escolaridade exigido para ingresso em cargos militares. Segundo o autor, essa exigência reflete uma estratégia da PMPR para aumentar a qualificação de seus profissionais, formando um capital intelectual mais robusto e adaptado às complexas demandas da sociedade contemporânea.

¹¹O Coronel Perovano (2023) destaca que a formação dos oficiais da PMPR está alinhada com as experiências de sucesso observadas em outras corporações brasileiras, como as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. Essas corporações já adotaram o curso superior como requisito de ingresso, especificamente na área de Direito, desde 2009 e 2011, respectivamente. A escolha por uma formação em Direito para os oficiais reflete a necessidade de uma compreensão abrangente das legislações vigentes e das competências necessárias para o desempenho das funções de comando e operação dentro da polícia militar.

¹²No contexto da formação curricular, o Coronel Perovano (2023) aponta que a Polícia Militar do Paraná tem se dedicado a elaborar um currículo que integre conhecimentos jurídicos aplicados à segurança pública com práticas policiais. A pesquisa sublinha a importância de um currículo que não apenas forneça conhecimentos teóricos, mas que também desenvolva habilidades práticas, preparando os oficiais para desafios reais que encontrarão em suas carreiras. Este enfoque curricular é essencial para garantir que os oficiais possuam uma base sólida em direito penal e processual, administração pública e técnicas de policiamento.

¹³Na análise comparativa, a formação de oficiais na PMPR é discutida em relação aos programas de formação de Santa Catarina e Minas Gerais, que também exigem um bacharelado em Direito. Os cursos dessas regiões são

11 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

12 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

13 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

caracterizados por um rigor acadêmico que visa desenvolver habilidades críticas e analíticas nos cadetes, preparando-os para lidar com a complexidade do ambiente jurídico-policial. O estudo sugere que a integração de disciplinas de Direito nos currículos de formação policial não apenas melhora a qualificação dos oficiais, mas também promove uma postura mais crítica e responsável na aplicação da lei.

¹⁴Destarte, o Coronel Perovano (2023) enfatiza que a implementação do curso de Direito como pré-requisito para os oficiais não apenas eleva o nível educacional, mas também impacta diretamente na eficiência e responsabilidade no cumprimento das funções policiais. Os oficiais, equipados com uma formação jurídica robusta, são mais capacitados para interpretar e aplicar leis, o que é fundamental em um cenário onde as legislações se tornam cada vez mais complexas e interconectadas.

¹⁵A pesquisa do Coronel da PMPR (2023) também aborda a questão da regularidade e reconhecimento dos cursos de Direito no Brasil, destacando a importância de garantir que as instituições de ensino superior ofereçam cursos devidamente credenciados pelo Ministério da Educação (MEC). Esse cuidado é crucial para assegurar que os diplomas dos candidatos ao curso de formação de oficiais tenham validade nacional e que os graduados possuam o conhecimento necessário para atuar de forma eficaz em suas funções.

¹⁶A conclusão do estudo do Coronel Perovano (2023) reforça a ideia de que a formação em Direito, aliada a um currículo bem estruturado, é vital para a formação de oficiais capacitados e preparados para enfrentar os desafios do policiamento moderno. O autor sugere que a Polícia Militar do Paraná continue a adaptar e melhorar seus programas de formação, garantindo que seus oficiais estejam sempre alinhados com as melhores práticas e inovações na área de segurança pública.

14 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

15 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

16 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

¹⁷Em resumo o Coronel propõe que a exigência de um curso de Direito como pré-requisito para a formação de oficiais na PMPR representa um avanço significativo na qualificação dos profissionais de segurança pública. Este modelo de formação, que combina educação superior com treinamento prático e especializado, não só atende às necessidades imediatas da corporação, mas também contribui para o desenvolvimento de uma força policial mais eficiente, ética e preparada para proteger e servir a sociedade. Em suma, isso reflete no ensino superior como forma implementada no engrandecer para o aproveitamento do conteúdo de cognição do processo de seleção.

¹⁸Em consonância com o artigo 3º, inciso VI, da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS), a formação e capacitação contínua dos profissionais de segurança pública e defesa social são consideradas essenciais. A política enfatiza a importância de que essa formação esteja em consonância com as diretrizes educacionais nacionais, garantindo que os profissionais recebam uma educação de alta qualidade, atualizada e específica para as suas funções. Essa diretriz destaca a necessidade de uma formação que acompanhe as mudanças e desafios constantes na área de segurança (Lei Ordinária nº 20866, 2021).

¹⁹Ademais, conforme o Senado Notícias (2023), a nova Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares introduz uma série de mudanças estruturais e funcionais significativas, que buscam harmonizar a atuação dessas forças em todo o território nacional. A lei visa modernizar a regulamentação existente, promovendo maior padronização entre as corporações dos diferentes estados e garantindo um alinhamento com as diretrizes federais. Essa uniformização busca facilitar a cooperação interestadual e melhorar a eficiência operacional das PMs e dos bombeiros, considerando as especificidades locais e regionais que cada corporação enfrenta.

17 PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

18 PARANÁ, Lei Ordinária 20866, Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Diário Oficial do Estado, 2021.

19 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

²⁰Na visão do Senado Notícias (2023), a legislação enfatiza a importância da formação e da capacitação contínua dos militares estaduais, destacando a necessidade de um currículo padronizado que contemple tanto aspectos técnicos quanto éticos. A nova lei propõe a criação de um sistema integrado de ensino e treinamento, que deve seguir padrões nacionais de qualidade e eficiência. Além disso, a formação em direitos humanos e cidadania ganha destaque, refletindo um movimento em direção a práticas policiais mais humanizadas e respeitadas com a população.

²¹Dessa forma, a capacitação e valorização profissional, conforme detalhado no artigo 17, incisos I, II e IV, da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS), são fundamentais para o reconhecimento e aprimoramento contínuo dos servidores que atuam na área de segurança pública e defesa social. A política promove a formação técnica e científica como um pilar para o desenvolvimento profissional, assegurando que esses servidores possam atuar com competência e segurança. Além disso, são incentivados programas motivacionais e ações voltadas ao reconhecimento por mérito, com o objetivo de valorizar o desempenho e engajamento dos profissionais (Lei Ordinária nº 20866, 2021).

²²De acordo com o Senado Notícias (2023), um dos pontos centrais da nova legislação é o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das corporações, permitindo que as PMs e os bombeiros militares tenham maior controle sobre suas operações e gestão de recursos. Este aspecto é considerado crucial para a adequação das ações de segurança pública às realidades locais, promovendo uma resposta mais ágil e eficaz às demandas da sociedade. A autonomia é equilibrada com mecanismos de transparência e controle, que buscam prevenir abusos e garantir a accountability das corporações perante os cidadãos e as autoridades competentes.

20 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

21 PARANÁ, Lei Ordinária 20866, Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Diário Oficial do Estado, 2021.

22 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

²³Portanto, o Senado Notícias (2023) afirma que a Lei Orgânica também aborda a questão do ingresso nas corporações, estabelecendo critérios mais rigorosos para seleção e recrutamento. A intenção é garantir que os novos integrantes possuam o perfil adequado para atuar em segurança pública, com habilidades e competências alinhadas às exigências do serviço. A lei prevê a realização de concursos públicos mais detalhados, que incluam etapas específicas para avaliar a aptidão física, psicológica e o conhecimento técnico dos candidatos.

²⁴Entretanto, o Senado Notícias (2023) lembra que a legislação não se limita a aspectos operacionais e de formação, mas também traz mudanças importantes nas estruturas de carreira dos militares estaduais. A nova lei introduz um plano de carreira mais claro e objetivo, com progressões baseadas em mérito e desempenho. Essa mudança visa estimular a dedicação e o aprimoramento profissional dos militares, ao mesmo tempo que busca reduzir práticas de apadrinhamento e influências políticas nos processos de promoção.

²⁵Nesta vertente o Senado Notícias (2023), a Lei Orgânica aborda a proteção social dos militares estaduais, destacando melhorias nos sistemas de previdência e assistência à saúde. A legislação busca garantir que os militares e seus dependentes tenham acesso a uma rede de proteção adequada, reconhecendo as peculiaridades da carreira militar e a necessidade de condições diferenciadas de amparo social. Essa preocupação reflete um esforço para valorizar os profissionais da segurança pública, assegurando que tenham condições de bem-estar compatíveis com a importância de suas funções.

²⁶Nas estratégias estabelecidas pelo artigo 5º, inciso IV, da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS), destaca-se a

23 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

24 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

25 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

26 PARANÁ, Lei Ordinária 20866, Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Diário Oficial do Estado, 2021.

valorização e proteção dos profissionais das áreas de segurança pública e defesa social. Essa estratégia visa não apenas a proteção física desses profissionais, mas também o reconhecimento de sua importância e o fortalecimento das condições de trabalho, como forma de garantir um ambiente de atuação mais seguro e eficaz. Isso reflete um compromisso do estado com a promoção de um ambiente de trabalho digno e adequado para os agentes de segurança (Lei Ordinária nº 20866, 2021).

²⁷Inclusive, o Senado Notícias (2023) reforça que a nova legislação busca promover um diálogo constante entre as corporações e a sociedade civil, através de mecanismos de participação social e controle externo. A intenção é assegurar que as práticas das PMs e dos bombeiros militares estejam alinhadas com os valores e expectativas da sociedade, contribuindo para a construção de uma cultura de segurança que seja percebida como legítima e eficaz. Essa interação é vista como fundamental para o fortalecimento da confiança pública nas instituições de segurança e para a promoção de uma convivência mais harmônica entre a população e as forças de segurança.

²⁸Finalizando, de acordo com o Senado Notícias (2023), a implementação da nova Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares representa um passo significativo para a modernização e aprimoramento das forças de segurança no Brasil. Ao buscar equilibrar autonomia e controle, a legislação pretende garantir que as corporações atuem de maneira eficiente e responsável, com respeito aos direitos humanos e à diversidade sociocultural do país. Assim, a lei propõe um modelo de segurança pública mais integrado e colaborativo, capaz de responder aos desafios contemporâneos de forma mais eficaz e justa.

²⁹Conforme a Agência Estadual de Notícias do Paraná (2023), o governo estadual propôs uma alteração significativa na Lei Estadual nº 1943 de 1954

27 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

28 SENADO NOTÍCIAS. Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

29 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

que impacta diretamente o ingresso nas fileiras da PMPR, visando modificar os critérios de escolaridade para o ingresso na Polícia Militar do Paraná (PMPR) e no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Essa mudança busca estabelecer o nível superior como requisito mínimo de escolaridade para os candidatos, substituindo a atual exigência de ensino médio completo. A proposta reflete a intenção do governo de alinhar as exigências das corporações de segurança pública com as necessidades e complexidades do cenário contemporâneo, ressaltando a importância de profissionais mais preparados academicamente para lidar com os desafios de segurança pública no estado.

³⁰Assim, a Agência Estadual de Notícias (2023) destaca que essa atualização busca seguir uma tendência nacional onde outras unidades federativas já implementaram o ensino superior como pré-requisito para ingresso nas forças policiais. Essa padronização é vista como uma forma de valorizar os profissionais de segurança, oferecendo-lhes ferramentas teóricas e práticas adquiridas em cursos superiores, que são essenciais para a execução eficiente de suas funções. O governo argumenta que, com essa mudança, espera-se atrair candidatos mais qualificados e motivados, resultando em uma força de trabalho mais competente e preparada para proteger e servir a população.

³¹Contudo, conforme discute a Agência Estadual de Notícias (2023), a proposta de alteração da escolaridade enfrenta desafios e críticas, principalmente no que diz respeito à acessibilidade e inclusão social. Há preocupações de que essa exigência possa excluir potenciais candidatos de diversas origens socioeconômicas que não tenham acesso fácil ao ensino superior. O governo reconhece essa preocupação e enfatiza a necessidade de desenvolver políticas públicas que ampliem o acesso ao ensino superior, de modo a garantir que a mudança não se torne uma barreira adicional para

30 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

31 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

aqueles que desejam ingressar na PMPR e no Corpo de Bombeiros. A intenção é que essa mudança represente um avanço inclusivo, e não uma exclusão.

³²Em conformidade com a Agência Estadual de Notícias (2023), a mudança proposta visa também impactar positivamente o ambiente interno das corporações, promovendo um maior grau de profissionalismo e eficiência operacional. Com profissionais mais bem preparados academicamente, espera-se uma melhoria nos processos internos e uma abordagem mais estratégica na resolução de problemas, refletindo em serviços mais eficientes e eficazes para a comunidade. Essa visão está alinhada com o desejo do governo de modernizar as forças de segurança, tornando-as mais adaptáveis e proativas frente aos desafios modernos.

³³Além disso, a Agência Estadual de Notícias (2023) reforça que a proposta de alteração na escolaridade é parte de um conjunto maior de reformas estruturais que o governo pretende implementar nas forças de segurança. Tais reformas incluem não apenas a atualização dos critérios de ingresso, mas também melhorias contínuas em treinamentos, infraestrutura e recursos destinados às corporações. A ideia é criar um ambiente que propicie o desenvolvimento contínuo dos profissionais, alinhando-se às melhores práticas de segurança pública mundial e assegurando que a PMPR e o Corpo de Bombeiros sejam instituições de excelência.

³⁴Ademais a Agência Estadual de Notícias (2023), a proposta de alteração da lei também busca fortalecer a confiança pública nas forças de segurança do estado. Ao elevar o nível de exigência acadêmica para ingresso, espera-se que a população perceba as corporações como instituições altamente profissionais e competentes, o que pode resultar em um aumento da

32 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

33 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

34 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

confiança pública e uma melhoria nas relações entre as forças de segurança e a comunidade. Essa confiança é fundamental para a eficácia das operações de segurança e para a promoção de um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

³⁵No entanto, de acordo com a Agência Estadual, é crucial que o governo considere a implementação de medidas de suporte, como programas de incentivo educacional, para facilitar o acesso ao ensino superior para potenciais candidatos de todas as classes sociais. Isso garantirá que a alteração proposta seja equitativa e que todos os segmentos da população tenham a oportunidade de participar das forças de segurança. O sucesso dessa proposta dependerá não apenas da sua implementação, mas também das políticas complementares que assegurem a sua inclusividade.

³⁶Por fim, a Agência Estadual de Notícias (2023) conclui que a alteração proposta na Lei Estadual nº 1943 de 1954 representa um passo significativo em direção à modernização e profissionalização das forças de segurança do Paraná. Ao exigir um nível superior de escolaridade para o ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros, o governo pretende criar uma estrutura mais sólida e eficiente que possa responder eficazmente às demandas atuais e futuras de segurança pública. Essa mudança, portanto, deve ser vista como parte de um esforço contínuo para aprimorar a segurança e a qualidade do serviço oferecido à população paranaense.

³⁷Em relação aos salários, conforme a Revista Exame (2024), a remuneração média dos policiais no Brasil apresenta uma grande variação entre os diferentes estados e o Distrito Federal, o que reflete a desigualdade econômica regional e as políticas locais de valorização dos profissionais de segurança pública. O Distrito Federal lidera o ranking, oferecendo um salário

35 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

36 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

37 EXAME. Salário médio do policial no Brasil é de R\$ 9,5 mil; veja valores por estados. Revista Exame, 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/salario-medio-do-policial-no-brasil-e-de-r-95-mil-veja-valores-por-estados/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

médio de R\$ 19,5 mil mensais aos seus policiais, muito superior ao oferecido em outras regiões. Essas diferenças salariais impactam diretamente na motivação e na eficácia do trabalho policial, uma vez que remunerações mais altas tendem a atrair candidatos mais qualificados e a incentivar uma maior dedicação ao trabalho.

³⁸Na análise da Revista Exame (2024), os estados de São Paulo e Rio de Janeiro também estão entre os que melhor remuneram seus policiais, com salários médios acima de R\$ 10 mil. Esses estados, além de possuírem economias mais robustas, enfrentam desafios significativos no combate à criminalidade, o que pode justificar investimentos mais substanciais na segurança pública. A política salarial nesses estados inclui não apenas salários competitivos, mas também investimentos em treinamento e equipamentos, que são essenciais para o desempenho eficiente das forças policiais.

³⁹Entretanto, conforme observado pela Revista Exame (2024), estados como Alagoas, Maranhão e Pará estão no extremo oposto do ranking salarial, oferecendo remunerações médias que não ultrapassam R\$ 4 mil. Essa realidade cria um cenário desafiador, onde a escassez de recursos e a baixa remuneração podem desestimular o ingresso na carreira policial e aumentar a rotatividade de pessoal. Além disso, a falta de incentivos financeiros adequados pode levar a uma redução na qualidade dos serviços prestados e ao aumento da corrupção dentro das corporações policiais, uma vez que a insatisfação pode abrir caminho para práticas ilícitas.

⁴⁰A Revista Exame (2024) também destaca como essas disparidades salariais refletem políticas estaduais divergentes em relação à segurança pública. Enquanto alguns estados conseguem priorizar o setor, alocando recursos significativos para garantir uma remuneração competitiva, outros enfrentam restrições orçamentárias que limitam sua capacidade de atrair e

38 EXAME. Salário médio do policial no Brasil é de R\$ 9,5 mil; veja valores por estados. Revista Exame, 2024. Disponível em:<https://exame.com/brasil/salario-medio-do-policial-no-brasil-e-de-r-95-mil-veja-valores-por-estados/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

39 EXAME. Salário médio do policial no Brasil é de R\$ 9,5 mil; veja valores por estados. Revista Exame, 2024. Disponível em:<https://exame.com/brasil/salario-medio-do-policial-no-brasil-e-de-r-95-mil-veja-valores-por-estados/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

40 EXAME. Salário médio do policial no Brasil é de R\$ 9,5 mil; veja valores por estados. Revista Exame, 2024. Disponível em:<https://exame.com/brasil/salario-medio-do-policial-no-brasil-e-de-r-95-mil-veja-valores-por-estados/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

manter profissionais qualificados. A desigualdade salarial, portanto, não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de gestão pública e planejamento estratégico.

⁴¹Além disso, a Revista Exame (2024) reforça que essas diferenças salariais podem afetar a percepção pública sobre a segurança e a confiança nas instituições policiais. Em regiões onde os policiais são bem remunerados e os recursos são adequados, a população tende a ter uma visão mais positiva sobre a segurança pública. Em contrapartida, em locais onde os policiais enfrentam condições de trabalho precárias, a confiança da população na eficácia e integridade das forças de segurança pode ser severamente comprometida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa sobre as mudanças na carreira policial militar, com o enfoque na exigência de ensino superior como pré-requisito para ingresso na Polícia Militar do Paraná (PMPR), revela importantes insights sobre os impactos desta política na qualidade dos serviços de segurança pública. Os dados analisados apontam que a adoção de requisitos educacionais mais elevados está alinhada com uma tendência nacional de valorização da formação acadêmica nas forças de segurança. Essa exigência reflete não apenas uma resposta às complexas demandas da sociedade moderna, mas também um esforço para elevar o nível de profissionalismo e eficácia das corporações policiais.

Os resultados sugerem que policiais com ensino superior tendem a apresentar um desempenho mais eficaz e ético, o que contribui para uma melhoria significativa na prestação de serviços de segurança. Esse fato é corroborado pela experiência de outros estados brasileiros, como Minas Gerais e Santa Catarina, que já implementaram políticas similares e observaram resultados positivos. Nesses estados, a formação em Direito para oficiais, por exemplo, tem sido uma ferramenta eficaz para garantir uma compreensão mais aprofundada das leis e promover uma aplicação mais crítica e responsável.

41 EXAME. Salário médio do policial no Brasil é de R\$ 9,5 mil; veja valores por estados. Revista Exame, 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/salario-medio-do-policial-no-brasil-e-de-r-95-mil-veja-valores-por-estados/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

A análise documental e comparativa destaca que, apesar das vantagens associadas à maior escolaridade, a implementação dessa exigência não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a acessibilidade ao ensino superior, especialmente para candidatos provenientes de origens socioeconômicas menos favorecidas. Esse cenário pode criar barreiras para o ingresso de indivíduos talentosos que não possuem os meios necessários para cursar uma faculdade. Portanto, é crucial que políticas públicas sejam desenvolvidas para ampliar o acesso ao ensino superior, garantindo que a exigência de graduação não se torne um fator de exclusão, mas sim de inclusão e valorização da diversidade.

Além disso, a pesquisa ressalta a importância de um currículo policial que integre teoria e prática de forma equilibrada. As forças de segurança devem adaptar suas estratégias de recrutamento, seleção e formação continuada para garantir que o aumento na escolaridade dos policiais se traduza em melhorias reais na prática policial diária. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades práticas e a preparação para enfrentar desafios reais, como interação comunitária eficaz e respeito aos direitos humanos.

Os dados internos da PMPR indicam que uma parcela significativa dos oficiais já possui formação superior, mesmo quando esta não é uma exigência formal. Isso reflete uma mudança cultural dentro da instituição, onde a educação superior é vista como uma forma de promover o profissionalismo e a eficácia no policiamento. Este fenômeno é observado também em outras partes do Brasil, sugerindo uma tendência de valorização da educação como um meio de aprimorar o desempenho das forças de segurança.

No entanto, as disparidades salariais entre diferentes estados do Brasil, como destacado pela Revista Exame (2024), apresentam um desafio adicional. Estados com remunerações mais altas, como o Distrito Federal, tendem a atrair candidatos mais qualificados, o que impacta positivamente a qualidade dos serviços de segurança. Em contrapartida, estados com salários mais baixos enfrentam dificuldades para atrair e reter talentos, o que pode comprometer a eficácia e integridade das forças policiais.

A nova Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares, conforme descrito pelo Senado Notícias (2023), introduz mudanças significativas que buscam harmonizar a atuação dessas forças em todo o Brasil, enfatizando a importância da formação contínua e da capacitação ética e técnica dos militares. Essa legislação propõe um modelo de segurança pública mais integrado e colaborativo, capaz de responder aos desafios contemporâneos de forma eficaz e justa.

Por fim, as reformas propostas pelo governo do Paraná, segundo a Agência Estadual de Notícias (2023), visam modernizar as forças de segurança do estado, estabelecendo o ensino superior como critério mínimo para ingresso na PMPR. Essa mudança é vista como um passo significativo em direção à profissionalização e eficiência das corporações policiais, com o potencial de fortalecer a

confiança pública e melhorar a relação entre as forças de segurança e a comunidade.

Conclui-se que a exigência de ensino superior para ingresso na PMPR representa uma oportunidade para elevar os padrões de segurança pública no Brasil. Contudo, é essencial que essa política seja acompanhada de medidas que garantam acessibilidade e inclusão, promovendo um ambiente que valorize a diversidade e assegure condições justas para todos os candidatos. A pesquisa sugere que, com uma implementação cuidadosa e uma abordagem holística, a maior escolaridade dos policiais pode se traduzir em uma aplicação mais crítica e responsável da lei, fortalecendo a confiança pública e a eficiência operacional das forças de segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que a exigência de ensino superior para ingresso na Polícia Militar do Paraná (PMPR) pode impactar positivamente a qualidade dos serviços de segurança pública. A adoção de requisitos educacionais mais elevados está alinhada com a tendência de modernizar as forças de segurança para atender às demandas complexas da sociedade contemporânea, promovendo um policiamento mais eficaz e ético. Evidências de estados como Minas Gerais e Santa Catarina mostram que uma formação superior, especialmente em Direito, pode aumentar a compreensão das leis e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

No entanto, a acessibilidade ao ensino superior é um desafio significativo, especialmente para candidatos de origens socioeconômicas menos favorecidas, o que pode criar barreiras de inclusão. Para que essa política seja eficaz e justa, é essencial implementar medidas de apoio que garantam o acesso igualitário à educação superior.

Outro aspecto importante é a necessidade de integrar teoria e prática na formação policial, preparando os oficiais para enfrentar os desafios reais da profissão. Além disso, a pesquisa destaca que a desigualdade salarial entre os estados brasileiros é um fator crítico. Estados que oferecem remunerações mais competitivas, como o Distrito Federal, conseguem atrair e reter talentos qualificados, enquanto estados com salários mais baixos enfrentam dificuldades nesse aspecto. Essa disparidade pode influenciar a qualidade e eficácia dos serviços de segurança prestados.

Em suma, as reformas propostas pelo governo do Paraná, incluindo a exigência de ensino superior, são vistas como passos significativos em direção à profissionalização e eficiência das forças de segurança, com potencial para aumentar a confiança pública e melhorar a relação entre a polícia e a comunidade. Com uma implementação cuidadosa e estratégias inclusivas, essas mudanças podem fortalecer a confiança pública e a eficácia das forças de segurança, promovendo uma aplicação mais crítica e responsável da lei.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Núcleo de políticas públicas de segurança permanece ancorado no passado. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/nucleo-de-politicas-publicas-de-seguranca-permanece-ancorado-no-passado/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo propõe alteração na escolaridade para ingresso na PMPR e no Corpo de Bombeiros. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-propoe-alteracao-na-escolaridade-para-ingresso-na-PMPR-e-no-Corpo-de-Bombeiros>. Acesso em: 6 ago. 2024.

EXAME. *Salário médio do policial no Brasil é de R\$ 9,5 mil; veja valores por estados*. Revista Exame, 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/salario-medio-do-policial-no-brasil-e-de-r-95-mil-veja-valores-por-estados/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

PARANÁ, Lei Ordinária 20866, Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Diário Oficial do Estado, 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. Novo modelo de formação dos oficiais da polícia militar do Paraná com o requisito de ingresso de graduação em direito: estudo de caso com as polícias militares de Santa Catarina e Minas Gerais. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 2023.

SENADO NOTÍCIAS. *Entenda a nova Lei Orgânica das PMs e dos Bombeiros Militares*. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 6 ago. 2024.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.
